

EFEITOS REDISTRIBUTIVOS DO FUNDEF E DO FUNDEB NO RIO GRANDE DO SUL

Nalu Farenzena

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
nalu.farenzena@gmail.com

Alessandra de Oliveira Mendes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ale.oliveiramendes@gmail.com

Resumo: O trabalho discute a capacidade de financiamento da educação nos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), a partir das matrículas da educação básica e da redistribuição do Fundef e do Fundeb, de 2006 a 2009. Dados como receita *per capita*, distribuição de matrículas por dependência administrativa e gastos em educação são elementos contextuais considerados. O estudo revela que 94% e 90% dos municípios, respectivamente, em 2006 e 2009, obtêm um retorno a maior do que a contribuição aos fundos. O maior avanço a destacar é a concretização de um federalismo mais democrático do ponto de vista fiscal e da oferta educacional.

Palavras-chave: financiamento da educação; FUNDEF; FUNDEB

Desde 2007 desenvolvemos uma pesquisa cujo objetivo é discutir a capacidade de financiamento da educação nos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), a partir dos recursos da manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE). Numa fase inicial, analisamos os anos de 2006 e 2007 (ver FARENZENA E MENDES, 2010) e atualmente nos propomos a analisar o período 2006-2009. Consideramos: a redistribuição promovida pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); a evolução de matrículas públicas da Educação Básica. A RMPA é um território cujas peculiaridades são oportunas para discutir a capacidade de financiamento da educação no marco da colaboração intergovernamental: concentra 33% da população do estado; caracteriza-se por intensa mobilidade intermunicipal diária da população (JARDIM e BARCELLOS, 2005), o que repercute nas finanças municipais; é integrada por municípios com receitas orçamentárias desiguais; há situações diferenciadas de oferta educacional na rede municipal. A capacidade de financiamento abordada diz respeito à disponibilidade de recursos e aos valores de gasto potencial por aluno/ano, ambos estimados com e sem a redistribuição dos fundos. De modo complementar, levamos em conta dados do conjunto do estado: distribuição de matrículas entre dependências administrativas; gastos em educação (governo estadual e prefeituras); contribuição e retorno dos fundos (governo estadual e prefeituras). A sistematização de indicadores envolveu dados orçamentários e estatísticos dos municípios da RMPA. Para cada ano foram estimadas/os: receita de impostos e da MDE; a contribuição e recursos recebidos do Fundef e do Fundeb; as matrículas públicas totais e matrículas municipais na educação básica; os recursos por aluno/ano da educação municipal

com e sem a redistribuição dos fundos; a receita do município por habitante. Essas estimativas implicaram num esforço considerável, tanto pela reunião de informações de diferentes fontes como pela necessidade de interligar conteúdos, a fim de proceder à discussão enunciada no objetivo geral da pesquisa.

O exame da disponibilidade de recursos para a MDE nos municípios da RMPA evidencia resultados positivos quanto à redistribuição de recursos, pois a maioria deles recebeu dos fundos um valor maior do que a sua contribuição, tendo havido, contudo, uma diminuição desse saldo na fase inicial de implantação do Fundeb. Esse saldo, entretanto, vem gradativamente se equiparando ao último ano do Fundef, 2006. Portanto, pode-se apontar a promoção de maior equidade na oferta educacional entre os municípios estudados, fator que sobressai quando confrontados os dados de recursos por aluno, com e sem a redistribuição dos fundos, com os de receita por habitante. Os recursos disponíveis, porém, ainda são considerados insuficientes para suprir demandas de oferta escolar, do qual se destaca a oferta muito aquém da demanda na educação infantil/creche. A evolução da distribuição de matrículas entre dependências administrativas e os dados de gasto público estadual e municipal revelam a tendência de uma participação relativa cada vez maior da esfera municipal. Os achados da pesquisa ensejam uma reflexão sobre avanços e dilemas do regime de colaboração intergovernamental no financiamento da educação básica, tendo em conta metas de acesso à educação e de oferta de condições de qualidade na educação.

REFERÊNCIAS

FARENZENA, Nalú e MENDES, Alessandra de Oliveira. Capacidade de financiamento da educação em municípios do Rio Grande do Sul: uma exploração a partir dos efeitos redistributivos do FUNDEF e do FUNDEB. **Currículo sem Fronteiras**, v.10, n.1, pp.265-286, jan./jun. 2010.

JARDIM, Maria de Lourdes e BARCELLOS, Tanya M. de. Mobilidade populacional na Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos 90. **São Paulo em Perspectiva**, v.19, n.4, p. 78-95, out./dez. 2005.